

A QUESTÃO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA REGULAR E AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA¹

OLIVEIRA, Anielle Aparecida Bastos de², TATSH, Tatiane², PANDA, Maria Denise Justo³; BATISTELLA, Pedro Antônio⁴; ROSSATO, Vania Mari⁴

Palavras Chave: Inclusão. Motricidade. Deficiência Mental.

Introdução

A inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor. Considerando que a prática de atividade física é fundamental para o desenvolvimento humano em todas as fases da vida, em especial na fase escolar é que as aulas de Educação Física se tornam extremamente importante para o aluno com deficiência mental, pois as atividades físicas quando adaptadas a necessidade do aluno contribuem para seu aprendizado tanto motor quanto cognitivo.

Nesse sentido, a escola atual deve estar preparada para atender aos alunos com necessidades especiais, não bastando apenas preparar o ambiente físico, mas também a preparação dos docentes, em especial o professor de Educação Física. Até mesmo, porque a lei 9.394/96 (LDBEN), em seu artigo 59, inciso III assegura aos profissionais da educação regular a capacitação para a integração desses alunos nas classes comuns.

O Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID/UNICRUZ/Educação Física está oportunizando aos licenciandos a experiência da realidade da educação básica desde o início da sua formação. Essas experiências estão levando à busca de alternativas para casos que se apresentam problemáticos, e entre esses casos a inclusão de alunos com deficiência mental foi a primeira situação-problema encontrada e pouco enfocada nos bancos acadêmicos. Em virtude dessa realidade e por estar necessitando aprofundar conhecimentos no que se refere às estratégias adequadas ao melhor andamento da aula e desenvolvimento do aluno com deficiência mental é que este estudo tem como objetivo examinar aspectos legais e funcionais

¹ Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID/UNICRUZ/Educação Física com fomento da CAPES

² Acadêmicas do Curso de Educação Física-Licenciatura/UNICRUZ. Bolsistas CAPES/ PIBID/ UNICRUZ. Integrantes do GEPEFE/CNPQ-Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar. tati.tatti@yahoo.com.br aniellebastos@hotmail.com

³ Doutora em Ciência da Educação. Prof. no Curso de Educação Física/UNICRUZ. Bolsista CAPES. Coordenadora PIBID/UNICRUZ/Ed. Física. Integrante do GEPEFE/CNPQ. dpanda@ibest.com.br

⁴ Mestres em Ciência do Movimento Humano. Professores no Curso de Educação Física/UNICRUZ. Bolsistas CAPES. Supervisores PIBID/UNICRUZ/Educação Física. Integrantes do GEPEFE/CNPQ- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar pab@comnet.com.br ; vaniarst@hotmail.com



da inclusão no ensino regular e obter indicações de ações pedagógicas para o trabalho com o deficiente mental nas aulas de Educação Física.

Educação Inclusiva e alunos com Deficiência Mental nas Aulas de Educação Física

A busca por uma escola inclusiva teve força a partir da Declaração de Salamanca (1994), momento em que as pessoas com necessidades especiais passam a ter direito a frequentar a sala de ensino regular. Esse processo inclusivo fundamenta-se a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) em que diversos países assinaram o documento garantindo o direito a uma educação igualitária e de qualidade para todas as pessoas sem distinção alguma.

No Brasil o parecer CNE/CEB n.17 de 03/07/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, onde se buscou atualização da LDBEN, a fim de direcionar as instituições escolares brasileiras na implantação da inclusão. Conforme o Art.2º e Art.3º buscam-se uma organização escolar, desde a organização de como receber esses alunos até a adaptação de condições necessárias de educação para todos, como prática pedagógica e os recursos necessários para essa implantação.

O aluno com necessidade especial, entre eles o deficiente mental, tem o direito de ter uma educação de qualidade e para que isso aconteça o meio escolar precisa passar por uma série de mudanças como a acessibilidade, formação continuada dos professores, conscientização da comunidade escolar e a adequação dos projetos políticos pedagógicos tornando-os flexíveis e acessíveis, conforme a LDBEN 9.394/96 em seu Capítulo V, Art.58 §1º e §2º e no Art.59, I, II, III. (BRASIL, 2012). Esses são alguns dos passos que devem ser realizados para que a escola e os professores entendam que a inclusão é a adaptação do meio para o indivíduo e não o indivíduo ao meio.

A teoria desenvolvimentista de Piaget preconiza que a criança desde o nascimento até aos dois anos de vida, encontra-se na fase sensório-motora que é dividida em três fases: adaptação; acomodação e assimilação. Através dessas três fases as crianças iniciam seu desenvolvimento cognitivo juntamente com o motor, pois, nesta faixa etária aprendem através da coordenação de experiências sensoriais e motoras (GALLAHUE E OZMUN, 2005). O bebê que possui deficiência intelectual vai estimulando sua necessidade através do movimento, do toque, ou seja, a coordenação motora é parte importante para o desenvolvimento do indivíduo. “os movimentos não apresentam um fim em si mesmo e, através deles, a criança conhece seu corpo e busca desenvolver ao máximo sua capacidade

cognitiva, afetiva e motora, explorando e vivenciando suas possibilidades” (SILVA e FERREIRA, 2001, p.71).

Considerando que a prática de atividade física é extremamente importante para o desenvolvimento das crianças, os alunos com necessidade especiais, inclusive os deficientes mentais, também devem realizá-las, porém é preciso levar em consideração algumas limitações, pois conforme for a necessidade implicará em algumas adaptações nas atividades.

A síndrome de down é uma deficiência intelectual de origem genética e esses indivíduos possuem equilíbrio deficiente, hipotonia e hiperflexia o que pode tornar seu desenvolvimento motor mais lento, diante disto vê-se a necessidade da estimulação motora e adequada precocemente (GALLAHUE e OZMUN, 2005).

Contudo, o indivíduo com deficiência mental tem o mesmo direito de ter uma educação de qualidade e que é para ele tão importante quanto é para os alunos “ditos normais” a prática de atividade física, pois através dela é possível desenvolver as habilidades motora, cognitivas e afetivas e propiciar a esse aluno experiência de uma vida social.

A Educação Física é indispensável para qualquer pessoa, em especial aos alunos com necessidades especiais, pois a prática de atividades físicas contribui em aspectos motor, social, afetivo e cognitivo. “O movimento é o elemento educacional, favorecendo a formação integral do indivíduo” (CIDADE e FREITAS, 2002, p.58). Os deficientes mentais, assim como os outros alunos devem participar da Educação Física Escolar, e o professor é o principal responsável para que isto aconteça, pois cabe a ele elaborar planos de aula adaptados para estes alunos, buscando desenvolver suas habilidades e fortalecendo suas potencialidades. “Em todas as atividades deve-se considerar as potencialidades e limitações das pessoas com deficiência, devendo ser realizada de maneira constante, progressiva e regular” (CIDADE e FREITAS, 2002, p.44)

Considerações Finais

O estudo mostrou que a questão da inclusão está legitimada e as escolas devem oportunizar um ambiente adequado e saudável para o acolhimento aos alunos com necessidades especiais, e isto inclui estrutura física, recursos materiais, currículo e processo de avaliação adequada, bem como oportunizar o preparo do professor para o desenvolvimento desse aluno.

Como citado pelos autores pesquisados, os alunos com deficiência intelectual possuem um ritmo mais lento para compreender e devido a sua baixa concentração sua atenção não é constante o que dificulta um pouco sua participação. Portanto, parece imprescindível que os professores se adaptem ao ritmo desses alunos e busquem o seu desenvolvimento integral, com paciência, oportunizando atividades adequadas as suas possibilidades de resposta.

Quando se fala em educação inclusiva, a Educação Física é a disciplina que mais se destaca, pois ela é capaz de trabalhar o aluno num todo de forma divertida, integradora e socializadora. Através da pratica de atividade física na escola é possível desenvolver aspectos motores, cognitivos, afetivos, socioculturais e sociais. Considerando que a atividade física é extremamente importante para qualquer pessoa, os indivíduos com necessidade especial, entre eles o deficiente mental, são capazes desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas dentro dos seus limites e potencialidades.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca:** sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília-DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB 17/2001** - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 15/8/2001, publicado no Diário Oficial da União de 17/8/2001, Seção 1, p. 46. Brasília-DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf> Acesso em: 26 abr. 2012.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. de. **Introdução a educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.** Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

SILVA, D. R. da; FERREIRA, J. S. Intervenções na Educação Física em crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM** Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1. sem. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3784/2598>> Acesso em: 09 set. 2013.